

Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

José Eduardo Silva Martins

Cidade e Comunidade
Hipótese para uma Unité de Habitação e
Serviços na Zona da Caldeira, Guimarães

Volume I



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

José Eduardo Silva Martins

Cidade e Comunidade
Hipótese para uma Unité de Habitação e
Serviços na Zona da Caldeiroa, Guimarães

Volume I

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Ramo do Conhecimento: Cultura Arquitectónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor João Ricardo Rosmaninho Duarte
Silva

DECLARAÇÃO

Nome: José Eduardo Silva Martins

Endereço eletrónico: jose.duardo.martins@sapo.pt

Telemóvel: 91 46 55 506

Número do Bilhete de Identidade: 14234827

Cidade e Comunidade : Hipótese para uma *Unité* de Habitação e Serviços na Zona de Caldeiroa, Guimarães

Orientador: Professor Doutor João Ricardo Rosmaninho Duarte Silva

Ano de Conclusão: 2018

Designação do mestrado ou do ramo de conhecimento do doutoramento: Cultura Arquitetónica

Nos exemplares das teses de doutoramento ou de mestrado ou de outros trabalhos entregues para prestação de provas públicas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino, e dos quais é obrigatoriamente enviado um exemplar para depósito legal na Biblioteca Nacional e, pelo menos outro para a biblioteca da universidade respectiva, deve constar uma das seguintes declarações:

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de investigação contou com o apoio de várias entidades tanto de forma direta como indireta. Num primeiro plano, as referências históricas que acompanharam a investigação são um ponto fulcral e adotam um papel indireto ao qual seria impossível assumir uma posição de indiferença.

Numa relação direta, é de salientar a posição do Professor João Rosmaninho que foi incansável ao longo de todo o processo. Tratou-se de um acompanhamento que potenciou o trabalho a um outro nível e, sem o qual, o mesmo não teria alcançado tal organização. Ao professor, um sincero obrigado por todo apoio, por todo o conhecimento que me passou e pela organização metódica com que exerceu todo o acompanhamento.

Para além do apoio direto oferecido pelo docente, será também de evidenciar o agradecimento aos meus familiares e amigos que, direta e indiretamente, me apoiaram e fortaleceram o projeto com ações tão simples quanto “conversas de café” que transparecem ao longo do trabalho de investigação.

RESUMO

A investigação incide na hipótese de desenvolver um projeto de arquitetura baseado na ideia de vida em comunidade. O trabalho divide-se em três campos distintos. Numa primeira abordagem, são comparados dois habitantes da cidade que diferem na forma como a habitam. Do individual ao comunal, os espaços variam nas suas lógicas funcionais gerando diferentes cenários do quotidiano. À escala da cidade desenvolve-se a análise em volta do “urbanita” e, numa aproximação à escala da célula habitacional, desenvolve-se a análise em volta do “humano”. A segunda abordagem funciona como uma charneira entre a primeira e a terceira. Tendo por base as premissas levantadas numa primeira fase, estabelece-se uma aproximação à escala da cidade de Guimarães. Trata-se de uma análise da cidade com apoio no “urbanita” e no “humano” de modo a traçar padrões que funcionem no projeto de arquitetura. Assim, chegamos à terceira abordagem que, com base em reflexões anteriores, adquire uma imagem na cidade de Guimarães. A proposta chega à forma de Bloco de Habitação Coletiva cujos princípios base incidem na ideia de vida em comunidade.

ABSTRACT

The research focuses on the hypothesis of developing an architecture project based on the idea of community life. The work is divided into three distinct fields. In a first approach, two inhabitants of the city are compared that differ in the way they inhabit it. From the individual to the communal, the spaces vary in their functional logics, creating distant everyday life. At the scale of the city the analysis is developed around the "urbanite" and, in an approximation to the scale of the housing cell, the analysis around the "human" is developed. The second approach works as a bridge between the first and third. Based on the assumptions raised in the first phase, an approximation to the scale of the city of Guimarães is established. It is an analysis of the city with support in the "urbanite" and the "human" in order to draw patterns that work in the architecture project. Thus, we arrive at the third approach that, based on previous reflections, acquires an image in the city of Guimarães. The proposal comes in the form of a Collective Housing Block whose basic principles focus on the idea of community life.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	15
I. Enquadramento	15
II. Objetivo	17
III. Metodologia	17
IV. Organização	18
CAPÍTULO 1	21
INDIVIDUALISMO CAPITAL	21
O “Urbanita”	21
Contexto	23
Comportamento	25
Referências	27
SOCIEDADE COMUNAL	28
O “Urbano”	29
Contexto	31
Comportamento	33
Referências	35
CAPÍTULO 2	39
Cidade	39
Contexto e Comportamento	41
Comunidade	43
Contexto e Comportamento	45
CAPÍTULO 3	47
SOCIAL	47
Plataforma Livre	47
Volumes Fragmentados	53
INTERSTICIAL	55
Horta Partilhada	55
Serviços Cooperativos	57
Galeria Vertical	59
INDIVIDUAL	63
Coabitação Comunal	63
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS	75
CRÉDITO DE IMAGENS	77

Fotomontagem – Unité de Firminy implantada em Guimarães

Figura 01



INTRODUÇÃO

I. Enquadramento

As cidades que organizam o mundo ocidental assentam em princípios de vida cada vez mais aceleradas¹ e o habitante, elemento preponderante na forma como elas funcionam, é o ponto de partida para a proposta de investigação. A ideia do habitante isolado que vive “desconectado” é a temática que, em contrapartida, lança a noção de habitar em comunidade.

O quotidiano individualista vem a alimentar-se desde os inícios do século XX do sistema capitalista e vice-versa. Sem escape, aparentemente os habitantes da cidade vivem indiretamente como reféns deste sistema e, como qualquer outra condicionante, isso faz com que haja uma relação deles distinta com o espaço, tendo como elemento de comparação, a ideia de vida em comunidade (em muito associada a movimentos políticos socialistas) e também bastante vinculada a alguns episódios históricos do século XX. A comparação é feita desde a escala da cidade à escala da habitação. Da ideia de uma “grande cidade”² como plataforma que caracteriza a velocidade temporal, até à ideia de “unidade de habitação”³ que dentro da “grande cidade” tenta desacelerar o ritmo e aproximar as pessoas no espaço. O certo é que movimentos sociais parecem estar sempre interligados a sistemas económicos que provocam divergências na forma como o habitante organiza o seu dia-dia, em especial, na forma como o mesmo interage com o espaço que o envolve.

As produções em massa vieram sistematizar os desejos e necessidades dos próprios habitantes tornando-os seres “alienados”⁴ e a “grande cidade” é o ex-libris e o território dessa mesma sistematização. A cidade torna-se de tal forma regulada que tudo se perde num vazio de qualidades. Tratam-se de características inerentes ao habitante que vive a cidade por si só, afastado da sociedade (o urbanita⁵). As relações de proximidade não fazem parte do quotidiano

1 Michel Freitag – *Arquitetura e Sociedade*, 2007, pp.10

2 A expressão “Grande Cidade” tem origem na sua designação germânica “Grosstadt” como exemplo do território do urbanita e do indivíduo capitalista, indiferente e reservado. Numa possível leitura, é o lugar acelerado onde os sentidos humanos se desvanecem na agitação urbana.

3 “Unité d’habitation” enquanto símbolo do movimento moderno e marco na lógica de habitar a cidade.

4 Karl Marx – *O Capital*, 2017, p.23

5 George Simmel – *A Metrópole e a vida Mental*, 1995, p.117

destes habitantes, algo que se reflete na forma como estes interagem e se apropriam do espaço, na inexistência de relações de vizinhança

A cidade contemporânea evoluiu, e cada vez mais se aproxima das referências de à 100 anos atrás das “grandes cidades” Europeias. No decorrer das últimas décadas, cidades mais contidas, enquanto escala, cresceram de tal forma que, atualmente, estabelecem um conjunto de relações com a *Grosstadt*. Embora a cidade de Guimarães não se possa (ou deva) equiparar a uma “grande cidade” há, contudo, determinados comportamentos e lógicas espaciais vimaranenses que se vão aproximando dessa realidade.

Em Portugal é importante ter como foco o movimento e as ideias assentes no “Problema da Habitação”⁶. Nele, a arquitetura resiste como elemento preponderante do estado social, para além de refletir a passagem da teoria à prática, no âmbito da habitação social e cooperativista em Portugal. No Processo SAAL⁷, exemplo maior desta prática, arquitetos e moradores juntaram-se na conceção de habitações de baixo custo que oferecessem dignidade aos mais desfavorecidos.

A proposta de investigação passa por desenhar uma *Unité* de Habitação Coletiva e Serviços no quarteirão que faz frente com a rua da Caldeiroa. Área esquecida pelo tempo da cidade, carece de atualização e requalificação. Nessa mesma lógica, é proposto um conjunto de volumes de habitação vertical apoiados nas ideias de rua vertical e de relações de vizinhança. Células habitacionais dispostas em altura que se relacionam entre si, em galeria, acompanhadas por serviços que servem os moradores e garantem uma maior ocupação dos espaços comuns do edifício. Em síntese, defende-se uma hipótese de aglomerado habitacional que garanta habitação em altura com qualidade de vida.

O Bloco de Habitação deve funcionar como proposta que enalteça os princípios de vida em comunidade na lógica urbana. De forma a contrariar o quotidiano do urbanita, o “urbano” enquanto sujeito é o habitante a ter em conta na proposta.

6 "A necessidade de estabelecer uma política da habitação à escala nacional leva a admitir a estruturação de um regime jurídico uniforme no qual pudessem integrar-se todas as iniciativas de construção de habitações, de natureza pública ou privada, com a característica comum de não possuírem fim lucrativo. Providências relativas à obtenção e uso de terrenos e de capitais são consideradas inseparáveis dos princípios em que tal regime se basear." PEREIRA Raúl da Silva – Problemática da Habitação em Portugal – II, 1963

7 Serviço de Apoio Ambulatório Local. Grupo que unia populares e arquitetos com o fim de construir habitações que suprissem as necessidades das comunidades desfavorecidas do país, sendo que, com maior impacto na cidade do Porto com as obras do Bairro do Leal (Sérgio Fernandez, 1976), do Bairro de São Victor (Álvaro Siza, 1975) e do Bairro de Miragaia (Fernando Távora, 1975). No sul do país o projeto não ganhou tanto vigor, contudo, surgiram obras como o Bairro do Casal das Figueiras em Setúbal (Gonçalo Byrne, 1976).

II. Objetivo

O Bloco de Habitação tem como principal objetivo criar um conjunto de volumes de habitação que se distingam pela forma como relacionam os seus habitantes. A vida em comunidade é o princípio do projeto. Partindo desta condição, a proposta assume um conjunto de caminhos a seguir.

1. Manter uma certa continuidade topográfica libertando o solo de modo a ser espaço de livre circulação e atribuindo-lhe qualidades espaciais. Otimiza o espaço criando áreas de estar (pequenas praças), áreas de circulação e áreas de cultivo (hortas partilhadas).
2. Estender a rua aos níveis superiores aumentando as vivências no interior do Bloco e impulsionando as relações de vizinhança entre moradores criando a partir da rua vertical, maiores relações com as próprias células habitacionais.
3. Integrar nas galerias momentos excepcionais de interesse com a instalação de serviços comuns como: cantina, espaço para jovens e crianças e comércio. Como exceção, o edifício é coroado por dois serviços, biblioteca e ginásio, que servem pessoas alheias ao Bloco a partir de um acesso paralelo aos volumes de habitação.
4. Prolongar o espaço das células habitacionais criando nichos entre elas, e desta forma, potenciando espaços intersticiais que garantem uma maior proximidade entre unidades e habitantes.
5. Aproximar os habitantes dentro das suas habitações com a criação de espaços flexíveis de usos mistos e com a utilização de espaços amplos que conectem diferentes áreas.

III. Metodologia

Numa primeira fase alongou-se uma investigação sobre as temáticas associadas às ideias de individualismo e comunidade tentando estabelecer um conjunto de relações entre ambos os conceitos. Ainda nesta primeira fase de aproximação às temáticas sociais em causa estabeleceu-

se um contacto entre o estado social e o habitar urbano. Com base em determinados padrões, surgiram condicionantes no desenho de projeto. Estaríamos perante a passagem da primeira fase à segunda fase. Num conjunto de obras cujos princípios se estabeleceram relacionados com a ideia de comunidade, começaram a surgir intenções que viriam a reestruturar um quarteirão que faz frente com a rua da Caldeiroa. Com base num conjunto de premissas que associam a cidade à vida em comunidade, passamos à terceira fase do trabalho, propondo um bloco de habitação e serviços para a zona da Caldeiroa, em Guimarães, uma *Unité* Vimaranense. Conceber o desenho de um conjunto de volumes de habitação e serviços que se destacasse no desenho urbano de Guimarães enquanto escala e volumetria.

IV. Organização

O trabalho incide na conceção de um projeto que parte de um pensamento crítico organizado sob a forma de um relatório. A partir da análise e reflexão sobre duas realidades distintas surgiram as condicionantes que informaram o desenho de projeto.

O relatório subdivide-se em três capítulos e apoia-se numa organização em espelho. O primeiro capítulo organiza-se do estado individual ao social e o inverso acontece no terceiro capítulo, no qual, esta sequência segue do social para o individual. O segundo capítulo funciona como charneira entre as duas realidades apresentadas. O primeiro capítulo funciona como precursor de princípios a seguir como temas de projeto, tratando-se de uma contextualização sob forma de comparação entre duas realidades distintas. Este subdivide-se em dois subcapítulos “individualismo capital” e “sociedade comunal”, temáticas que acarretam ideias aparentemente opostas e entrando por isso em confronto. Cada um dos subcapítulos divide-se em subtemas que derivam em diferentes sujeitos de ação, com diferentes contextos e comportamentos. O segundo capítulo estabelece um conjunto de temas já analisados anteriormente, mas fá-lo numa aproximação à cidade de Guimarães justificando, assim, a análise e a proposta. O terceiro capítulo parte de uma aproximação crescente à escala do projeto que se subdivide nos subcapítulos “social”, “intersticial” e “individual”. Temáticas que caracterizam o espaço e que, em simultâneo, variam na escala da intervenção aproximando gradualmente os vários subtemas que serviram de premissas na conceção do projeto.

O dossier de projeto organiza-se em vinte e um painéis e pretende funcionar como uma aproximação crescente à escala da célula de habitar tendo por base a escala da cidade. Neste sentido, o dossier subdivide-se ainda, como no relatório (capítulo três), em três escalas distintas (a saber: “social”, “intersticial” e “individual”) e aprofundando, assim, cada um dos temas. Segundo uma abordagem de representação, cada painel tenta seguir uma lógica imagética e gráfica que permita uma fácil interpretação do projeto. Assim, cada tema está representado através de plantas, cortes, alçados, axonometrias, diagramas e fotomontagens.



CAPÍTULO 1

INDIVIDUALISMO CAPITAL

O “Urbanita”

A ideia de “Urbanita” remete para o sujeito que habita a nova e “grande cidade”. Associado à passagem do século XIX para o século XX este novo habitante da cidade descrito por George Simmel como o novo sujeito moderno, proveniente de um sistema capitalista e formado por complexidade sociológica ainda em avaliação, parece cada vez mais indiferente e reservado, intensificado pelos estímulos nervosos⁸.

Na proposta apresentada, a ideia de urbanita remonta a esse passado que associa o *homem novo*⁹ à sociedade materialista que se apoia em novas rotinas inerentes à cidade e ao próprio habitar, readaptando este novo ser à evolução dos tempos, aos dias de hoje, no século XXI.

A cidade vive novas realidades quando comparada com aquelas dos inícios do século XX e a imagem do urbanita, é certo, não ser a mesma, mas, com o passar dos anos, este sujeito parece emergir. Ainda assim, as bases que fundamentam o quotidiano do urbanita seguem-se ainda por associações ao dia-a-dia individual associado ao paradigma capitalista¹⁰.

Simmel, por exemplo, descreve o urbanita como um caminhante sonhador baseado em relações distantes, um ser preso a um sistema, quase automatizado, como se de uma máquina se tratasse, habitando espaços acelerados em células dispostas verticalmente e desligadas do solo. O urbanita de hoje parece seguir a mesma caracterização.

8 “(...)o carácter intelectualista da vida anímica do habitante da cidade grande, frente ao habitante da cidade pequena, que é antes baseado no ânimo e nas relações pautadas pelo sentimento.” George Simmel – A Metrópole e a vida Mental, 1987, pp.117

9 Esta ideia de “new man” vem oposta àquela associada a Karl Marx e é desenvolvida, entre outros, por impulsionadores de movimentos sociais como Charles Fourier e Robert Owen.

10 Associação entre a ideia de individualismo e capitalismo com base no “ser alienado”; concepção emergente durante a revolução industrial associada ao operário inserido e controlado pelo sistema, tornando-o o ser alienado.



Contexto

“The traditional City has been killed by rampant capitalist development, a victim of the never-ending need to dispose of over accumulating capital driving towards endless and sprawling urban growth no matter what the social, environment, or political consequences.”

David Harvey – *Rebel Cities*, 2012

Historicamente, a revolução industrial assumiu um papel importante num cenário de avanços tecnológicos, tratando-se de um marco na produção de bens materiais e, conseqüentemente, na forma como cada indivíduo interage entre si e, com o consumo. O materialismo tornou a “Grande Cidade”¹¹ no palco de uma “sociedade do espetáculo”¹² do sistema individualista, como apontaram as críticas de 1950 a 1960. Estas cidades evoluíram concentradas em servir o sistema económico. Tornou-se, portanto, emergente dotar o espaço urbano das cidades de áreas para habitação (maioritariamente em altura) capazes de albergar populações que, em grande parte dos casos, se deslocavam pendularmente na procura de postos de trabalho e de um quotidiano mais confortável (algo que acontece há 200 anos mesmo que de modo diferente). Aparecem, essencialmente os vários serviços (maioritariamente terciários) que compõe as cidades. Quarteirões que delimitam volumes habitacionais nos quais se vão enquadrando espaços como cafetarias, mercearias, etc... até espaços comerciais que, por si só, delimitam quarteirões e organizam aglomerados de serviços num só complexo, os centros comerciais. Atualmente, o capitalismo emerge como doutrina e símbolo destas “grandes cidades”, gerando um desequilíbrio económico nos seus habitantes. Ao invés, o socialismo é a ideologia que tenta contrabalançar as várias classes sociais diminuindo o distanciamento entre elas. Sabe-se, de resto, que é no período pós-revolução industrial que esta força política ganha uma maior dimensão na Europa¹³.

“É mais fácil pensar no fim do mundo do que no fim do capitalismo.”¹⁴

11 Aqui, a “Grande Cidade” tem por base a “Grosstadt” associada à ideia de metrópole. É o espaço do urbanita que se foi desenvolvendo ao longo dos anos a diferentes escalas urbanas.

12 Anselm Jappe – Guy Debord, 2008, pp.4

13 De realçar que se trata de um sistema apresentado como solução, mas que, contudo, já apresentou falhas ao longo da história (União Soviética e Cuba). O princípio ideológico do sistema é aquilo que deve ser considerado aquando da análise.

14 Discurso de Slavoj Zizek na Liberty Plaza, Wall Street, a 9 de Outubro de 2011 (online: <https://marx21.com/2011/10/13/zizek-e-mais-facil-imaginar-o-fim-do-mundo-do-que-o-fim-do-capitalismo/>).



Comportamento

Faz sentido, pensar a cidade como um organismo resultante das relações sociais. Na “grande cidade” o espaço público adquire uma grande dimensão, logo, é lógico que seja este o espaço indicado para as experiências sociais. O maior problema, para nós, acontece quando tal fenómeno é negligenciado. A questão cinge-se ao individuo que, dentro da cidade, se mantém isolado de casa ao espaço de trabalho, ignorando as relações inerentes à comunidade. Trata-se de um individualismo que, associado ao materialismo, se perde num conjunto de valores que formam a sociedade atual. Trata-se de um sistema no qual cada habitante atua de modo singular.

Para entendermos mais de perto este sistema, o melhor será considerar a “grande cidade” como uma aproximação à “selva”, onde encontramos todos os mecanismos gerados por modos de abrigar e agir selvagens, desligados de uma experiência humana social e cooperativista.

“The point of both the testimonial banquet and the social life of city sidewalks is precisely that they are public. They bring together people who do not know each other in an intimate, private social fashion and in most cases do not care to know each other in that fashion.”¹⁵

15 Jane Jacobs - *The death and life of great American cities*, 1961, pp.55

Grosstadt – Excerto de Imagem retirada do filme "Berlin: Symphony of a Metropolis", Walter Ruttmann, 1927

Figura 05



Referências

Embora a ideia de “urbanita” se torne perceptível no contexto da Grosstadt, é correto assumir que a cidade tentou sempre responder à sua evolução fazendo com que este indivíduo se desenvolvesse paralelamente. Na verdade, trata-se de um contínuo de acontecimentos cíclicos entre ambas as realidades.

“... o carácter intelectualista da vida anímica do habitante da cidade grande, frente ao habitante da cidade pequena, que é antes baseado no ânimo e nas relações pautadas pelo sentimento.”¹⁶

A “grande cidade” nasce, pois, associada a princípios como a exatidão, impessoalidade e anonimato. Capitais Europeias como Berlim, Paris e Londres desenvolveram-se, a partir do pós-revolução industrial, muito associadas às razões materiais e consequentemente industriais e financeiras. Tornaram-se centros micro e macroeconómicos. Infraestruturas, desde as grandes superfícies comerciais aos grandes edifícios de escritórios, caracterizam a forma como estas cidades se desenvolvem. Estes espaços, símbolos do capitalismo e do materialismo ocupam e aceleram a cidade num sistema caótico. As relações perdem-se nos modos de consumo aquando os serviços se tornam anónimos. Os moradores da cidade assumem as relações impessoais¹⁷. Os quarteirões marcam-se pelas rotinas dos trabalhadores e as envolventes desconectam-se das habitações desligando as imensas relações intrínsecas a estas duas realidades conjuntas. Os espaços públicos, mesmo que movimentados, apresentam-se vazios. A quadrícula e dimensionamento exaustivo na malha da cidade criam uma regra associada à ideia de “vida mental”, contudo, e consequentemente se desliga da escala humana e da vida em comunidade. A relação com a topografia torna-se artificial pela regra que lhe é aplicada. Trata-se de cidades fabricadas, do fantástico e do espetáculo, na quais as relações pessoais se desvanecem num comportamento que passa da escala pública da cidade à escala privada da célula habitacional.

16 George Simmel – A Metrópole e a vida Mental, 1995, pp.117

17 Em oposição à ideia de Lugar, espaço onde a experiência social existe, o não-lugar é o espaço onde tal não acontece, tornando os espaços vazios, alheios às relações pessoais. Marc Auge

Excerto de Fotografia – A comuna de Paris, *Rue Voltaire*, Bruno Braquehais, 1871

Figura 06



SOCIEDADE COMUNAL

O “Urbano”

A figura de “Urbano”¹⁸ remete para a ideia de habitante da cidade que ainda se expressa em sociedade, vivendo o espaço em comunidade. O moderno, o período histórico que começa por acentuar esta ideia aparece marcado pelo aparecimento do proletariado associado à revolução industrial.

Durante e no período pós-revolução industrial, a cidade sofreu um choque na sua organização espacial e funcional. Da máquina a vapor e a carvão às grandes indústrias tecnológicas, o modo como as pessoas habitam a cidade sofreu alterações diretas e indiretas. As migrações das periferias rurais aos centros em desenvolvimento aumentaram significativamente nesta época, tornando a habitação na cidade insuficiente face aos grandes aglomerados habitacionais que a ocupavam. A cidade crescia de forma desorganizada e começavam a desenhar-se pequenos bairros de habitações precárias na sua envolvente. Estas áreas eram ocupadas pelos trabalhadores recém-chegados à cidade. Aparece desta forma o proletariado como classe social trabalhadora associada à indústria. Essa vivia no gueto, as áreas desfavorecidas da cidade.

O fulcral a reter destes agregados habitacionais não planeados passa pela condição social, na forma como o espaço potencia as relações entre habitantes em comunidade. A proximidade do espaço privado das habitações com o espaço público, funciona como motivo de relação e troca de serviços. As “células” eram pequenas fazendo com que os seus habitantes as estendessem à rua potenciando as relações de vizinhança e oferecendo qualidades àqueles espaços precários.

A dualidade entre o “Urbanita” e o “Urbano” incide na forma como ambos habitam o espaço da cidade. Desta forma o “Humano” assume o papel de maior relevância como solução para os problemas associados ao “Urbanita”, aos problemas inerentes ao individualismo da qual a cidade se tem aproximado.

¹⁸ Conceção oposta à ideia de “urbanita”. Termo utilizado para definir o ser que ainda vive realmente da cidade complementando-a.

Excerto de Fotografia dos trabalhadores de uma Fábrica em Petrograd Sovietic, Viktor Bulla, 1928

Figura 07



Contexto

Na passagem do século XVIII para o século XIX dá-se a revolução industrial e, com ela, o início da produção em série de bens de consumo. A Europa, território precursor desse acontecimento, foi alvo da instalação de estruturas industriais baseadas nas linhas de produção em série nas suas cidades. Tratou-se de um ponto de rutura no quotidiano das pessoas pela forma abrupta com que o atingiu e alterou. As indústrias apareceram com tamanha força que redesenharam o território das cidades com as infraestruturas fabris até às células habitacionais organizadas nas imediações, os guetos. Desta forma, o proletariado e a precaridade começavam a ganhar grande visibilidade no contexto urbano. Em prol de contrariar esta evolução desumana movimentos sociais ganharam força na Europa. O proletariado tomou proporções e uniu-se no combate à desigualdade. Apareceram e ganharam força os movimentos políticos de esquerda como o socialismo e o comunismo que vieram enfrentar a burguesia Europeia¹⁹. O olhar sobre a desigualdade foi-se moldando pelos ideais sociais e, atualmente, o proletariado está extinto no contexto Europeu. Contudo, uma classe vítima dos nossos dias tem vindo a ganhar uma maior dimensão e a aproximar-se cada vez mais da realidade que estava associada ao proletariado - falamos do precariado. Tratam-se de novas gerações com elevados graus de escolaridade que se deixam explorar sem outra alternativa, face às lógicas de oferta e procura. O precariado²⁰ é uma realidade diferente do proletariado na medida em que já não se tratam dos operários passando a fazerem parte desta classe os mestres e os licenciados. A relação entre ambas as realidades está na exploração. O “Urbano” estabelece-se numa relação de proximidade com a realidade do proletário ao precário e na forma como ambos mantêm o ideal de comunidade implícito nos seus quotidianos. A relação estabelece-se de forma direta no que diz respeito à organização do espaço e a ideia de espaço intersticial entre o uso comum e o privado assume um papel de conexão, ao invés de barreira, criando uma ligação entre ambas as realidades. As relações de vizinhança associadas à proximidade entre a habitação e a envolvente são evidentes e associam-se, por norma, a classes sociais fragilizadas. Esta proximidade, associada a dificuldades económicas, possibilita ao espaço da cidade uma maior intensidade, um maior espírito de comunidade.

19 Movimentos sociais, como a designada Comuna de Paris de 1871, foram marcados pela força associada ao comunitarismo que unia as pessoas por causas/ ideias comuns.

20 “*The so-called “precarariat” has displaced the traditional “proletariat”: If there is to be any revolutionary movement in our times, at least in our part of the world (...), the problematic and disorganized “precarariat” must be reckoned with.*” David Harvey – Rebel Cities, 2012, Preface

Fotografia da Fábrica do Arquinho, Rua da Caldeiroa, Guimarães, 1910-1928

Figura 08



Comportamento

Todavia, uma preocupação com o indivíduo proletário vem retaliar contra individualismo associado às classes mais privilegiadas, interpelando os ideais capitalistas e como estes se desenvolvem paralelamente na grande cidade. A consciencialização social toma um novo rumo através da força e ideologias socialistas, de preocupações com os direitos humanos que começavam a ganhar visibilidade na sociedade europeia moderna (século XX). O direito à cidade²¹ e à habitação foram então pensados de outra forma. O problema passa a ter maior visibilidade. É nesta altura que a habitação social ganha preponderância e valor político e arquitetónico, assumindo-se como uma necessidade para um melhor equilíbrio entre classes na balança social. Aquela que, até então considerada utopia social começa a ganhar forma ao longo dos séculos XIX e XX apoiada em autores como Robert Owen²² e, mais tarde, a par do movimento moderno da arquitetura, apoiada em autores como Le Corbusier e o casal Smithson²³.

Estabeleciam-se novas inquietações na cidade que compreendiam a preocupação com as classes sociais desfavorecidas e a preocupação em manter a cidade viva. Estes espaços projetados, que em tempos fizeram parte de uma visão utópica, assentavam na otimização da vida em comunidade na cidade. A ideia de liberdade associada à valorização do espaço público, a par da ideia de comunidade no modo como se relaciona o espaço e uso privados com os comuns. A forma como ambos os espaços são utilizados, potencia as relações de vizinhança e, dessa forma, as relações humanas. A força do cooperativismo vinha contrapor a individualidade do “urbanita”.

21 LEFEVRE, Henry – O direito à cidade, 1968

22 Visionário responsável pelo projeto da Vila operária de New Lanark, 1797. Empreendimento industrial Inglês que vem preocupar-se com as condições humanas dos trabalhadores. Desenvolvimento de Blocos Habitacionais que proporcionassem dignidade aos seus moradores. Preocupação em oferecer educação às crianças em vez de trabalharem.

23 Arquitectos/autores responsáveis pelos projectos da Unité em Firminy (1967) e dos Robin Hood Gardens em Londres (1972); obras de habitação coletiva que pretendem intensificar as relações pessoais entre moradores.

Alton Estate – Imagem capturada do filme “Fahrenheit 451”, François Truffaut, 1966

Figura 09



Referências

Marcada pelo ambiente hostil do pós-segunda guerra mundial a população europeia reafirmou-se como um povo unido e fortalecido. Aquando desta reestruturação social, na arquitetura, o ambiente também foi de mudança e revisão crítica sobre o modernismo. Referimos então, ao movimento arquitetônico que revelou premissas que mudaram radicalmente a condição e natureza do desenho de espaço. A arquitetura avançava com base num pensamento racionalista que tinha por base a causa social. A cidade carecia de mudança, procurando-se uma alternativa que levasse a uma melhor sociedade mais organizada e igualitária. Procurava chegar-se a um “novo mundo” social com o apoio de um “novo mundo “espacial.

“Vê-se o conjunto (...). Uma cidade contemporânea: o centro da Cidade visto do terraço de um dos bares em degraus (...). Vê-se a estação entre os dois arranha-céus da esquerda, pouco elevada acima do solo. (...) Estamos exatamente no centro da cidade, no ponto onde a densidade e o trânsito são maiores; o espaço é imenso para recebê-los. Os terraços dos bares em degraus constituem boulevards frequentados. Os teatros, salas públicas, etc., ficam nos espaços entre os edifícios, no meio das árvores.”²⁴

Com a necessidade de construir verticalmente blocos habitacionais e de serviços novas premissas foram levantadas em determinados projetos como a Unité d’Habitation (projeto de Le Corbusier, 1953), os Robin Hood Gardens (projeto de Alison e Peter Smithon, 1972), e o conjunto de blocos de habitação de Alton Estate em Roehampton (projeto de Rosemary Stjernstedt, 1959) questionando a forma de habitar enquanto blocos de células habitacionais.

A relação do bloco habitacional com a cota de solo suspendendo o volume como acontece na Unité d’Habitation de Firminy e nos edifícios de Alton Estate veio reorganizar os espaços à cota térrea. A topografia torna-se um espaço contínuo sem que o volume de habitação quebre essa continuidade. Tratam-se de plataformas de circulação comum que, estende o espaço público a essas superfícies livres. A habitação enquanto espaço privado começa sobre ela sendo os núcleos de acesso vertical os únicos elementos que tocam o chão.

24 Le Corbusier – Urbanismo, 1992, p. 232

Fotografia da Unité d'Habitation de Firminy, Jean-Pierre Dalbéra, 2011

Figura 10



O espaço comum/ intersticial parte da cota do chão estabelecendo um princípio de continuidade. Assim, como na Unité d’Habitation e nos Robin Hood Gardens, as galerias ganham destaque. Elementos desenhados com base na ideia de rua. Este espaço intersticial entre público e privado funciona, então, sob a ideia de galeria vertical na qual a habitação cria uma maior proximidade com a envolvente, fomentando as relações de vizinhança. A autonomização de um sistema habitacional em comunidade coincide com a lógica produzida na Unité d’Habitation já que são organizados ao longo das galerias vários serviços comuns de apoio aos moradores. Desta forma garante-se uma maior autonomia enquanto edifício e, em simultâneo, uma maior coletivização de ações a partir dos serviços no seu interior aproximando os moradores da unidade, numa espécie de relação intraurbana.

O espaço privado também é pensado na Unité d’Habitation e nos Robin Hood Gardens como um espaço que deve evidenciar-se pelas áreas comuns. Desta forma, tenta criar-se um conjunto de lógicas interiores de espaços mutáveis e abertos, como espaços que tendem a abranger várias funções e que estejam predispostos a alterações.

No contexto português, a habitação social associada à precaridade e à necessidade emergente de oferecer mais dignidade às pessoas ganhou relevância no período pós-ditadura/Estado Novo após 1974. O processo SAAL (1974-1976) pretendia que arquitetos em conjunto com as populações se unissem na conceção das suas novas habitações. Sendo necessária, em Portugal, uma reflexão político-social em torno da arquitetura, algo que já ocorria na Europa na forma de revisões do ‘projeto modernista’ mais canónico, o processo SAAL desenvolve e promove lógicas metodológicas de ação que assentam em princípios próximos do que se fazia no contexto Europeu a outras escalas como no Bairro do Leal (Sérgio Fernandez, 1976) e no Bairro de São Victor (Álvaro Siza, 1975) ambos no Porto. Temas como a intensificação das relações de vizinhança à coletivização de serviços estavam por detrás da lógica formal desta obra.

Neste sentido, estabelece-se um conjunto de intenções fulcrais no ideal de vida em comunidade. Temas que devem ser incondicionalmente tratados e que ofereçam ao sujeito “urbano”, para além das condições básicas de vida, qualidade de vida.

Fotografia na cidade de Guimarães - Bairrismo Vimaranesse, João Nuno Cardoso, 2014

Figura 11



CAPÍTULO 2

Cidade

A área de intervenção da proposta seguiu um conjunto de premissas estabelecendo-se na cidade de Guimarães. Não se trata da escala da “Grosstadt” alemã, trata-se, contudo, de uma cidade em expansão e que pode vir a estar condicionada a características provenientes da “Grosstadt”. Desta forma, instalar um volume baseado em princípios modernistas clássicos como comunitarismo e cooperativismo traria à cidade a possibilidade de manter as suas condições sociais.

O foco da análise parte da área predominantemente urbana da cidade: freguesias de S. Paio, Creixomil, Oliveira do Castelo e S. Sebastião. No seu conjunto, demarcam a zona central da cidade onde coincidem áreas de características distintas desde a zona histórica a áreas que abrangem as antigas instalações fabris instaladas no centro de Guimarães.

O maior crescimento urbano, que abrangeu a totalidade do concelho coincide com a revolução industrial que ocorreu na zona do alto ave. Entre os finais do século XIX e o início do século XX a indústria têxtil assumiu um papel preponderante nesta área do norte de Portugal, incluindo a cidade de Guimarães. Do centro urbano às áreas periféricas da cidade, os vestígios dessa época são imensos, porém são na maioria espaços abandonados. Desenvolvidas ao longo de cursos de água e de vias de comunicação (comboio), as fábricas fomentaram a evolução e expansão dos locais onde se instalaram levando à organização do território. Atualmente, muitas dessas indústrias encontram-se desativadas e por consequência, os espaços circundantes, por falta de uso entraram num processo de decadência. No centro urbano, a área entre a Praça do Toural e a estação de comboios de Guimarães (envolvente ao quarteirão da Caldeiroa) é o espaço que melhor caracteriza o abandono posterior ao encerramento destas fábricas.

Fotografia na cidade de Guimarães - Fábrica ao abandono na Caldeira, José Pedro Fernandes, 2017

Figura 12



Contexto e Comportamento

Em pleno centro urbano, a Caldeiroa desenvolveu-se com base na indústria de curtumes e têxteis, que fazem, ainda hoje, parte do panorama industrial português. Trata-se de toda uma área que cresceu com base na indústria potenciando na sua envolvente o crescimento de habitação e serviços. Com a queda dos mercados, a procura diminuiu significativamente levando ao encerramento da maioria das fábricas estabelecidas naquela área (este processo sentiu-se por todo o território nacional). O que acontece posteriormente é degradante e transformou toda aquela área naquilo que hoje podemos ver. Trata-se de uma área que carece de reestruturação partindo de um pensamento crítico face aquilo que em tempos foi toda aquela zona.

Guimarães assume-se no panorama nacional como uma cidade tipicamente minhota e tal condicionante leva-nos à forma como os Vimaranenses coabitam a cidade. O bairrismo é uma característica inerente à cidade e de grande força, estabelecendo-se com base na proximidade que os habitantes da cidade garantem com a mesma. Das marcas históricas ao futebol (como estabilizador de relação de proximidade) tudo se afirma como elemento preponderante na relação que as pessoas estabelecem com a cidade. A relação com a indústria também funciona como indicador de proximidade entre os habitantes e a cidade, assumindo um grau maior de importância tudo em volta da evolução industrial no meio. A vida gerada na envolvente destas infraestruturas assume um papel importante no quotidiano dos habitantes da cidade que, com o encerramento das mesmas, se veio a dissipar. Com o fecho das unidades industriais inúmeros edifícios na cidade se tornaram obsoletos, ficando para trás no tempo. Consequentemente, toda a vida pertencente aquele espaço se perdeu espalhando-se gradualmente pela envolvente envelhecendo os quarteirões, as habitações e os serviços periféricos a estas áreas.

O cooperativismo inerente à Caldeiroa estancou como característica ultrapassada no tempo. O bairrismo como particularidade da cidade adormeceu em toda aquela área. Como tal, a proposta de uma *Unité* para a Caldeiroa enquadra-se no princípio de reconstruir toda uma área, com base na sua essência social atualizada ao século XXI, à modernidade, mantendo as premissas estabilizadoras de relações pessoais.

Fotografia na cidade de Guimarães - A cooperativa da Caldeira, João Rosmaninho, 2017

Figura 13



Comunidade

Os êxodos dos meios rurais, que se estabelecem das periferias para a cidade, ganham grande destaque durante a revolução industrial potenciando o aumento consideravelmente a população que coabita o meio urbano. Como tal, com a chegada do proletariado à cidade, emergia a necessidade de aumentar o número de células habitacionais no seu território. O que aconteceu no contexto Europeu ao contexto Português foi essas áreas industriais se delimitarem por bairros concebidos sem grande critério criando guetos nos limites da envolvente. Transpondo a escala temporal à atualidade, o mesmo acontece nos dias de hoje, associando-se por norma a um novo sujeito, o precário.

Os êxodos mantiveram-se e a preocupação com a dignidade humana tomou novas proporções. A proposta de uma *Unité* de Habitação e Serviços enquadra-se na tentativa de responder às necessidades aparentes da cidade. Com a evolução e aumento populacional da mesma, torna-se necessário aumentar o número de células disponíveis no meio urbano e, se possível, que tragam consigo a experiencial social associada como princípio. Possibilitar a vida no meio urbano com características que se foram perdendo ao longo dos anos com o individualismo e o capitalismo, salvaguardando habitação para os precários da modernidade.

Fotografia na cidade de Guimarães - Relações de Vizinhança, João Nuno Cardoso, 2014

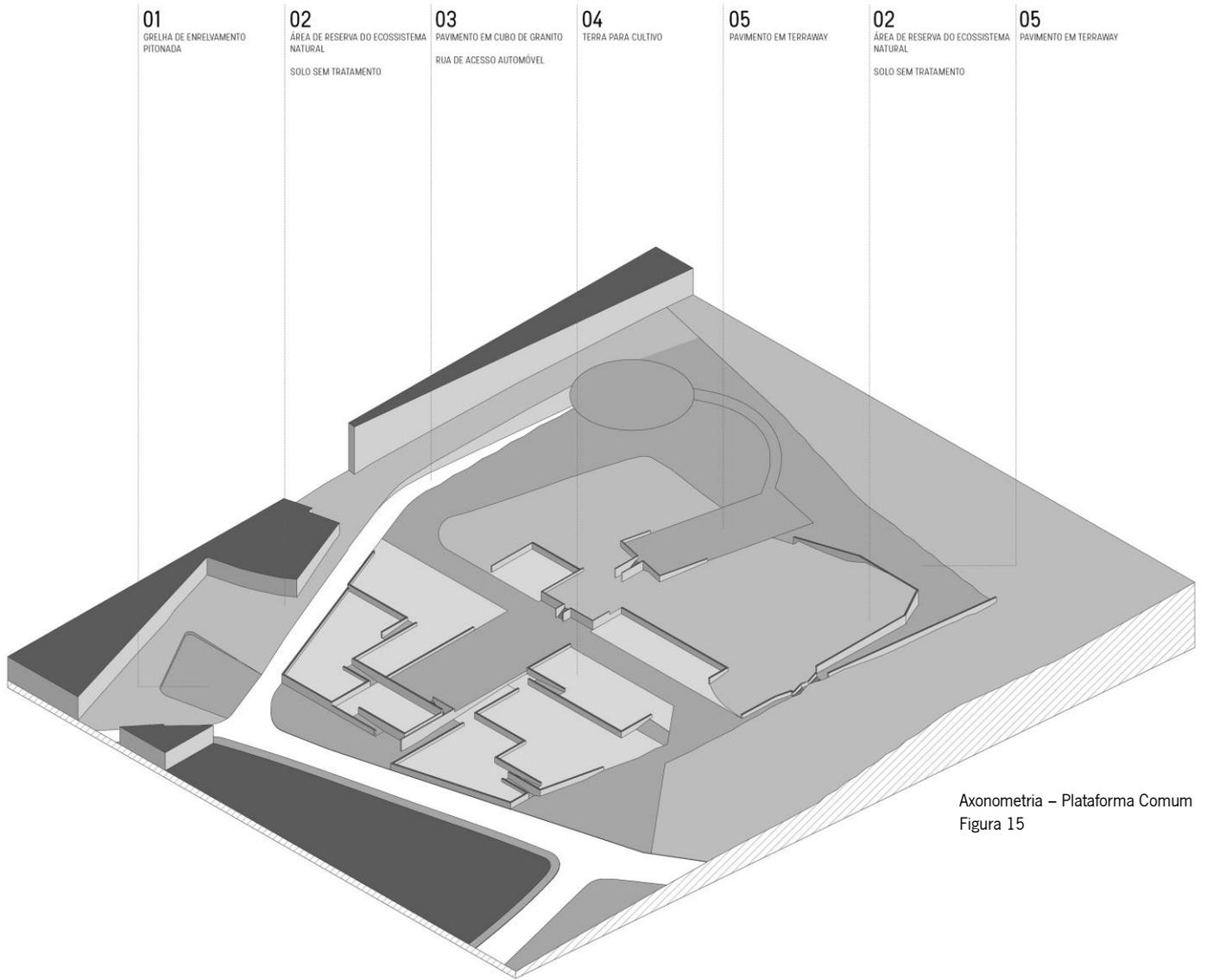
Figura 14



Contexto e Comportamento

Como resposta à necessidade da comunidade, o bloco habitacional desenvolve-se com o intuito de contrapor determinadas lógicas presentes na cidade. São a plataforma livre, a galeria vertical e os serviços cooperativos as áreas comuns que mais realçam a ruptura da proposta no âmbito da habitação coletiva na cidade de Guimarães. De forma a potenciar as relações humanas e a experiência social, torna-se emergente trazer à cidade um modo de habitar que lhe é “desconhecido”.

A proposta segue então um conjunto de premissas que se estabelecem então como um modo de habitar excepcional na cidade. Numa aproximação à escala do terreno, a plataforma livre parte da premissa de manter a continuidade topográfica associada ao terreno a intervir à escala da cidade. Pretende-se que, em oposição ao que usualmente acontece na cidade, o quarteirão não se encerre, mas que funcione em abertura com o mesmo organizando um espaço que estabeleça continuidade com os seus limites. A galeria vertical e os serviços cooperativos associam-se na lógica de continuidade da rua até à entrada das células privadas fomentando, desta forma, mais relações de vizinhança entre moradores. A entrada do bloco deve estar dissimulada de forma a que a rua se estenda verticalmente até cada uma das células e, no decorrer da mesma, os serviços devem organizar-se criando exceções no conjunto das galerias verticais. Desta forma, contrapõe-se a lógica dos serviços que funcionam na cota térrea como charneira entre a cidade e a habitação, estabelecendo assim uma barreira entre as duas realidades. Trata-se de uma forma de manter o bairrismo.



Fotomontagem – Plataforma de Livre Circulação

Figura 16



CAPÍTULO 3

SOCIAL

Plataforma Livre

A proposta do Bloco de Habitação surge na sequência da reformulação do quarteirão que faz frente com a rua da Caldeiroa atribuindo um novo conjunto de relações e vivências a uma área que se foi desligando do centro da cidade. Bastante marcada por uma evolução tardia e em sequência da revolução industrial (tal como em Portugal se fez sentir em especial na região do Minho) esta área, inserida no centro do concelho e da cidade de Guimarães viveu da força da indústria local, maioritariamente têxtil, e deixou-se, no último quarto do século XX, asfixiar com o encerramento dessas muitas fábricas que sofreram com as sequelas da crise económica.

A área de intervenção destaca-se no parcelamento do conjunto. Trata-se de uma área de dimensões superiores ao habitual no centro da cidade e que transmite uma imagem de abandono. Essa carga é um tanto intrigante fazendo já parte da identidade coletiva daquele espaço. Desta forma, o desenho da intervenção detém-se em lógicas de relação mais próximas daquelas que já faziam parte da área a intervir, renovando-as. A topografia natural do terreno, daquele lote, foi um dos elementos de arranque da lógica organizacional da proposta, está associada a 3 princípios geradores de projeto.

A implantação da proposta do bloco de habitação orienta-se pela topografia natural do terreno mantendo a inclinação e a relação com os seus limites. Assim, a proposta assume a irregularidade original do terreno privando-se sempre que possível de movimentos de terras que se afastem de uma abstratização das “curvas de nível” naturais. As áreas verdes associadas à imagem natural daquela área são também um princípio da proposta. Numa lógica em que as áreas pavimentadas vêm desenhadas com moderação e como exceção e, sempre que possível, associadas a pavimentos permeáveis. Desenhou-se, desta forma, uma plataforma central e uma circundante com o intuito de reativar aquela área tendo presente a ideia do elemento natural no meio urbano. Como consolidação da renovação social proposta e de forma a intensificar as relações do quarteirão com as ruas adjacentes, foi desenhada uma rua pedonal que conectou a rua da

Caldeiroa com a rua Eduardo Manuel de Almeida (rua paralela à Caldeiroa; frente tardoz do quarteirão, onde estão instalados o Hotel Fundador e o Hotel Guimarães). A intervenção aumentou a sua escala aquando a divisão do quarteirão garantindo mais uma frente de rua, mais um percurso que procura fomentar o interesse e o atravessamento da área em causa.

As opções tomadas ao nível do solo partem de uma base social associada ao elemento natural, numa plataforma que organiza um conjunto de espaços com características distintas, mas que tenha como premissa a ideia de área de “livre” circulação apoiando a lógica social de comunidade livre.

A maior referência são os edifícios de Alton Estate, apoiados em pilares sobre o terreno desnivelado, libertando-o, e que se regem pela topografia natural de forma a desenhar as plataformas que servem de base às volumetrias²⁵. A irregularidade da plataforma consegue aproximar as várias cotas limitrofes do elemento central constituído por um conjunto volumétrico fragmentado. Assim se cria uma praça que consegue aproximar as várias realidades distintas sem quaisquer quebras.

A implantação do bloco segue, como princípio, a extensão do espaço público até aos limites do lote. Este espaço deve abrigar as necessidades dos moradores locais e, para além disso, deve propor relações aos utilizadores “estranhos” à Unidade. Deve assumir-se como um espaço de uso público de livre circulação. A composição exterior desenha-se então através de um conjunto de variáveis que venham fomentar as relações de vizinhança à escala do quarteirão e, até mesmo, da cidade. As áreas térreas são, portanto, de uso comum, destinando-se a várias utilizações e a diferentes públicos servindo aquela comunidade de áreas de estar, campo de jogos, hortas comuns, e um percurso que, em simultâneo, circunda os volumes edificados.

A variação de cotas é um dos elementos que apoia o intercalar dos diferentes espaços, tendo o terreno uma diferença de dez metros entre os seus limites. À cota mais baixa (170), na rua da Caldeiroa, encontram-se pequenas praças que funcionam como limites de percurso gerando entre elas áreas de estar que se conectam com maior proximidade à rua pré-existente. A esta cota faz-se também o acesso ao volume que alberga o parque de estacionamento. Este

²⁵ A plataforma da Casa da Música aproxima-se da lógica formal da proposta. Obra executada em 2004, desenhada por Rem Koolhaas na cidade do Porto. O contacto com o solo da obra representa o impacto de uma volumetria de grande escala com o mesmo. Trata-se de uma plataforma com uma forma orgânica como se ondas se tratassem.

elemento acontece entre muros de forma a que a restante superfície esteja desligada da circulação automóvel. O volume de habitação levanta-se do solo sobre pilares e assenta sobre três praças a cotas distintas que comunicam entre si. Trata-se de uma galeria de piso térreo pavimentada às cotas 174, 176 e 178, na qual se faz o acesso às unidades habitacionais. Desta forma, a superfície que organiza a base do terreno assume um papel de continuidade sem que os volumes quebrem a circulação intersticial. A cota 174 será a mais importante funcionando como elemento central e organizador. Abaixo da cota 174 organiza-se, em socalcos, as várias hortas comunitárias que devem funcionar a par das habitações tendo cada utilizador uma determinada área de cultivo consoante o tipo de habitação que ocupe. Em volta das hortas e relacionando a cota de rua com a cota central organiza-se um percurso circundante apoiando os terrenos.

Acima da cota 174, na área de maior inclinação do lote, encontra-se a área natural que mantém as espécies arbóreas e arbustivas autóctones presentes na composição exterior. Em volta dos blocos encontra-se um outro percurso circundante que conecta as várias cotas de acesso aos vários volumes.

A superfície segue uma lógica de continuidade subdividindo-se em quatro áreas distintas: No contacto com a rua à cota mais baixa, com a área agrícola, com a galeria térrea e com a área verde.

ACESSO PARALELO

ACESSO EXTRAORDINÁRIO AO EDIFÍCIO

ELEMENTO DE BASE TRIÂNGULAR QUE SOFRE UMA TORÇÃO AO LONGO DA SUA EXTRUSÃO

TRATA-SE DE UM ELEMENTO DE EXCESSÃO NO CONJUNTO QUE DEVE ASSEGURAR O ACESSO DE PESSOAS ALHEIAS AOS BLOCOS HABITACIONAIS AOS SERVIÇOS

SILO AUTO

PARQUE DE ESTACIONAMENTO COBERTO VERTICAL

ELEMENTO DE BASE CIRCULAR

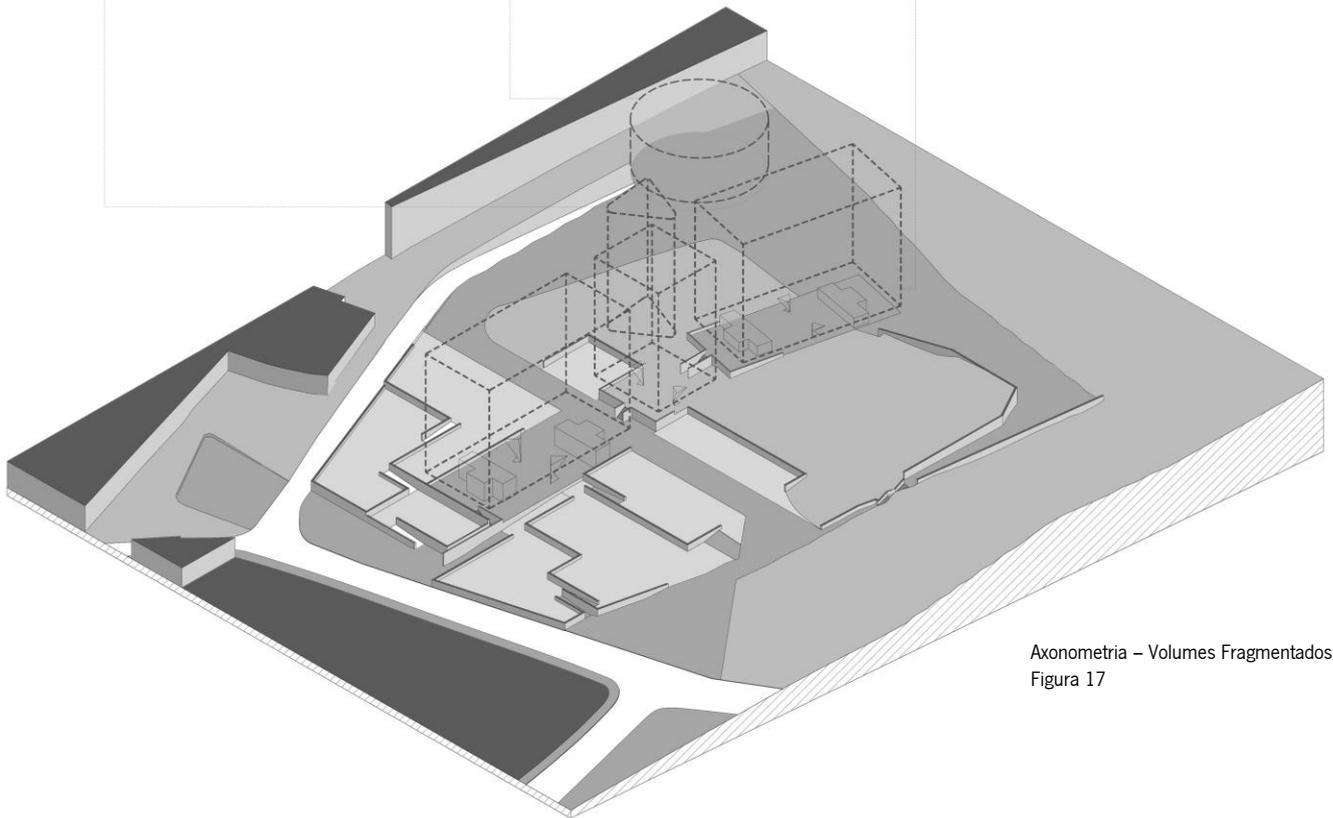
DEVE ASSEGURAR O ESTACIONAMENTO DE AUTOMÓVEIS E BICICLETAS

BLOCO HABITACIONAL

CONJUNTO DE TRÊS BLOCOS DE HABITAÇÃO

ELEMENTOS COM BASE RECTÂNGULAR COM UMA FORMA E ORGANIZAÇÃO PROGRAMÁTICA BASTANTE RÍGIDA DA PLANTA AO DESENHO EM ALÇADO

OS BLOCOS SERVEM-SE MAIORITARIAMENTE DE HABITAÇÃO ABRIGANDO UM CONJUNTO DE TRÊS TIPOLOGIAS DISTINTAS. PARA ALÉM DISSO E, DE FORMA A ASSEGURAR DETERMINADAS NECESSIDADES DOS UTILIZADORES DO BLOCO, ESTE ESTÁ ORGANIZADO COM UM CONJUNTO DE SERVIÇOS NAS GALERIAS VERTICAIS



Axonometria – Volumes Fragmentados
Figura 17

Fotomontagem – Volumes Fragmentados

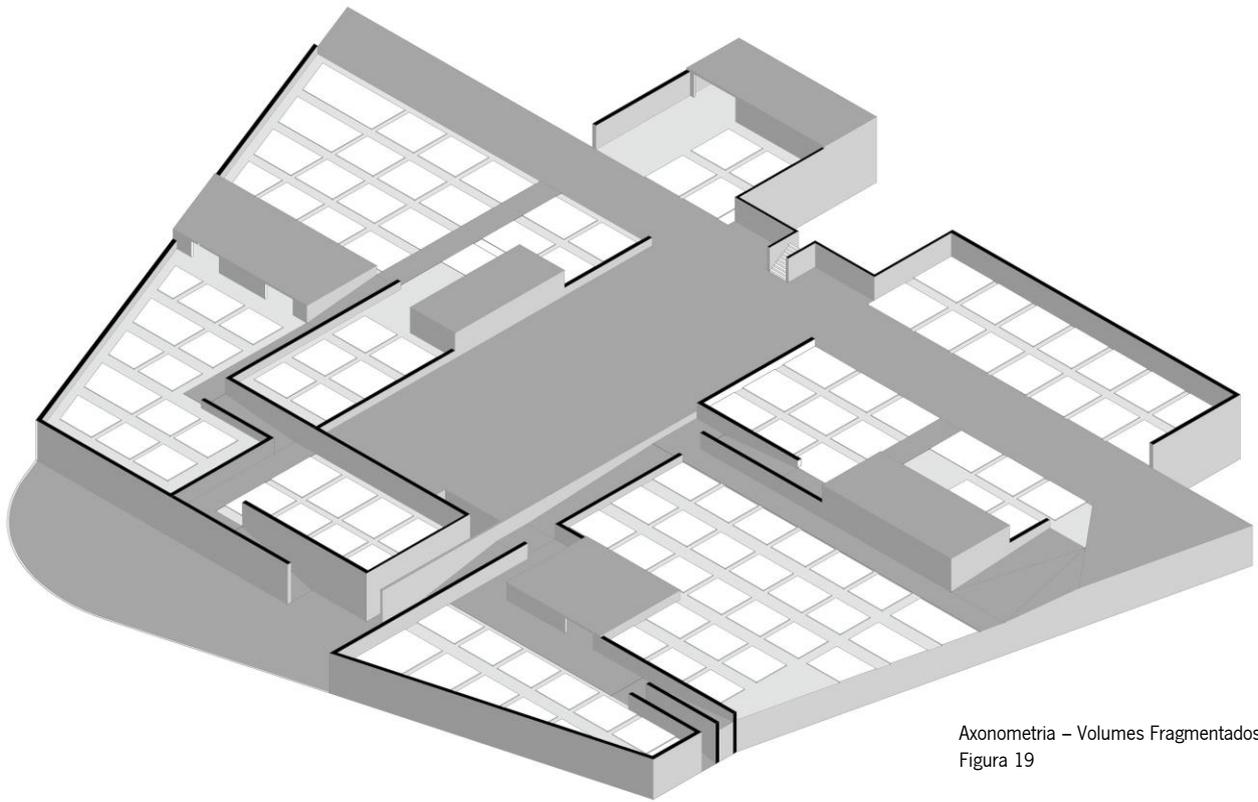
Figura 18



Volumes Fragmentados

A composição volumétrica parte do elemento central, corpo de habitação e serviços. A sua disposição no lote desenha-se em parte a partir da orientação solar dispondo cada habitação de duas frentes, a nascente e poente, e na sequência da orientação dos volumes periféricos, criando uma torção nos volumes. A fragmentação da volumetria surge na tentativa de um maior controlo sobre a massa, deslocada da cota térrea, dividindo-se em três volumes paralelepípedicos unidos por pontes. Numa outra abordagem, o parque de estacionamento desenha-se sob volume cilíndrico numa das extremidades do terreno. Como representativo do habitar estes elementos assumem uma materialidade própria, sendo que, tanto os três volumes de habitação e serviços como o silo-auto assumem o betão armado como estrutura e superfície aparente.

Na composição volumétrica, os serviços assumem formas mais exuberantes e utilizam o metal como material de revestimento pensado como elemento de contraste e leveza, sendo considerados elementos complementares. Da torre de acessos secundária desenhada para servir o público alheio às células habitacionais, acede-se à biblioteca e ao ginásio, estruturas que formam o coroamento do bloco habitacional. O restaurante/cantina cria um desfasamento em alçado gerando uma relação entre o espaço público e privado na volumetria a partir dos materiais utilizados em ambas, metal e betão aparente. Gera-se uma volumetria irregular com uma organização e programa bastante claro que deve transparecer ao utilizador. A relação formal e material utilizada na variação de cotas com o intuito de passar uma imagem de continuidade para que utilizadores alheios à Unidade permite uma perceção facilitada sobre o acesso à cobertura.



Axonometria – Volumes Fragmentados
Figura 19

Fotomontagem – Horta Partilhada

Figura 20

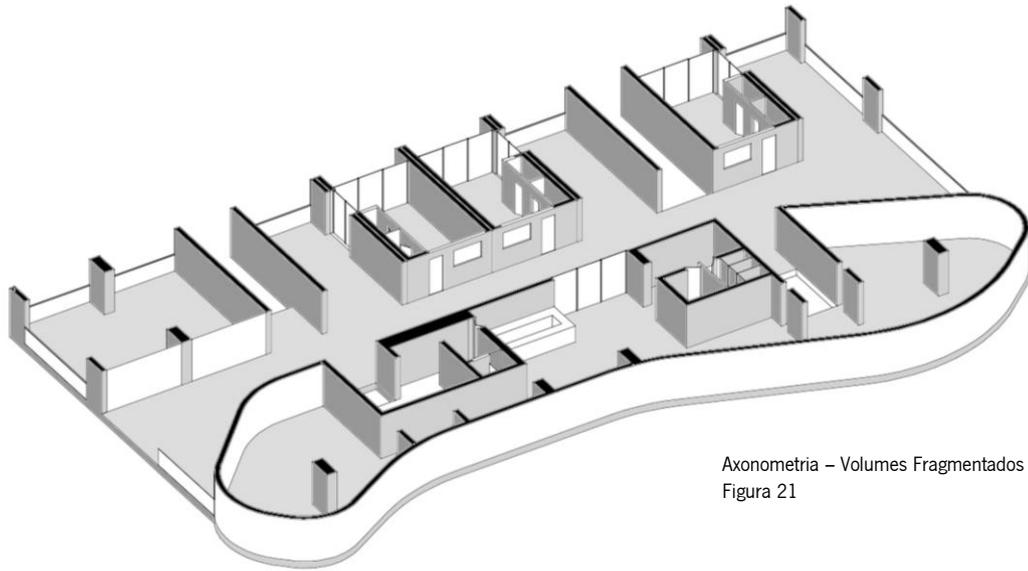


INTERSTICIAL

Horta Partilhada

No seu conjunto, a proposta pretende equilibrar relações humanas dispersas pelo meio urbano envolvente. Como tal, a relação entre espaço público e espaço privado deve estender-se a uma ligação mais próxima ancorada ao espaço familiar e espaço comunitário. A passagem entre ambos os espaços deve fazer-se de forma contida mantendo relações intrínsecas e fomentando a proximidade entre habitantes moradores. Desta forma a ideia de espaço intersticial emerge o elemento garantindo este a proximidade entre as pessoas. A passagem do público ao privado deve fazer-se de forma gradual ao longo do espaço intersticial. O espaço público da proposta enquadra quase a totalidade do piso térreo e já a essa cota se faz sentir a proximidade entre a pessoa alheia à unidade e ao habitante da mesma. A intenção passa por centralizar um acontecimento que reforce as vivências à cota térrea. Pretende-se que esse espaço faça cada habitante descer da sua habitação e relacionar-se com o espaço público, passando a sua identidade para esse mesmo espaço e tornando-o, também, parte de si. Assim, a marginalização espacial desvanece-se.

No intuito de atingir e revelar esta harmonia, entre habitar e usar as hortas partilhadas servem de encontro entre o centro e a rua. Os espaços de cultivo, pensados sob três níveis distintos, relacionam-se entre si tanto pela lógica formal em planta (circundante ao volume edificado) bem como pelo percurso que lhe é empregue funcionando como apoio às áreas de plantação. Estes espaços desenham-se a partir de um critério de deambulação, de circuito perimetral à praça central onde se encontram os acessos aos Blocos. Cada unidade de habitação inscreve e detém, deste modo, uma determinada área à cota do solo, fazendo com que o morador passe a tomar partido da terra. Desta forma, garante-se que o solo, à cota térrea, não necessite de uma intervenção exaustiva já que, parte dessa intervenção, cabe ao utilizador. Em conclusão, um conjunto de identidades interiores passa a definir o espaço comum exterior. A proximidade das hortas partilhadas com a rua também vem levantar uma questão já que, por norma, estes espaços definem o alçado tardo das habitações. Neste projeto, as hortas organizam-se no alçado frontal. A premissa é, mais uma vez, aproximar os sujeitos, urbanitas e urbanos, do chão. Sendo que se tratam de espaços já predispostos de atividade, aproximá-los da rua significaria aproximar os moradores com a cidade e vice-versa.



Axonometria – Volumes Fragmentados
Figura 21

Fotomontagem – Serviços Cooperativos

Figura 22

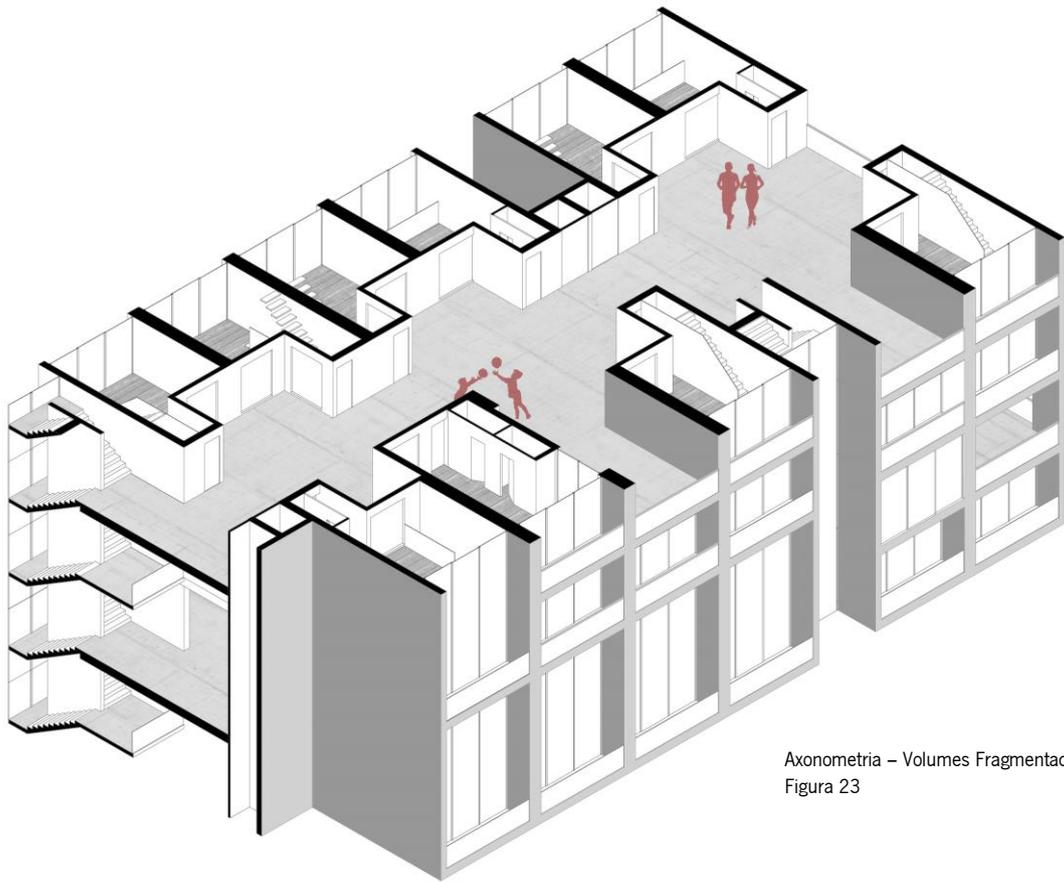


Serviços Cooperativos

Um dos aspetos fundamentais para que as galerias funcionem como pretendido passa por projetar espaços que congreguem as pessoas. E se as galerias devem estar associadas a locais com movimento assemelhando-se a ruas, a distribuição de um conjunto de serviços vem aumentar o conforto dos habitantes do bloco. A organização mais comum, quando se trata de edifícios mistos que conjugam habitação com serviços, passa por dividir verticalmente ambos. Na unidade habitacional proposta, os serviços distribuem-se verticalmente libertando a cota térrea e organizando uma rede de vários espaços comuns. Os serviços dispostos na unidade associam-se a comércio, na lógica de cooperativismo e associativismo entre moradores. Assim, estão desenhados com foco nas necessidades dos moradores (embora permaneça um conjunto desenhado também para pessoas estranhas aos volumes).

Na Galeria Um encontra-se a mercearia. De pequenas dimensões, este espaço de comércio local aparece para satisfazer as necessidades dos moradores, mas também como elemento que crie uma diferença com o que as grandes superfícies comerciais têm vindo a produzir, desligando comerciante e consumidor. Na Galeria Dois encontram-se dois serviços característicos como a cafetaria e o quiosque, sendo a cafetaria o espaço de maior relevância. Trata-se de um espaço onde diariamente as pessoas se encontram e juntam enquanto tomam um café e fumam um cigarro²⁶. Trata-se do espaço de reunião diária entre moradores. A Galeria Três dispõe das maiores áreas de serviços, o restaurante/cantina e um espaço para crianças e jovens. Espaço onde crianças e adolescentes se suportem entre si. Este volume constituído por dois níveis alberga um conjunto de salas que devem funcionar enquanto sala de estudo e *playground*, espaço onde as crianças possam brincar (longe dos ecrãs). Ainda na Galeria Três encontra-se o restaurante/cantina que deve servir tanto os moradores como utilizadores estranhos ao bloco. Este elemento é composto por duas salas de igual dimensão sendo que uma delas funciona como apoio à sala destinada às crianças e jovens da *Unité*, funcionando como cantina. O restaurante deve funcionar na lógica de cooperativa partindo da ideia de sustentabilidade económica. Assim, trata-se então de um espaço que, para além de restaurante, se complementa

²⁶ Acontecimento ordinário, mas significativo e que caracteriza alguns dos usos e costumes portugueses. Trata-se, porém, de uma imagem genérica.



Axonometria – Volumes Fragmentados
Figura 23

Fotomontagem – Galeria Vertical

Figura 24



Galeria Vertical

Uma das lógicas funcionais, de circulação, da proposta parte da extensão da rua aos limites do terreno desenhando, no conjunto, um espaço público próximo do intersticial. O elemento central da implantação é o conjunto dos volumes de habitação e serviços, elevado sobre pilares, criando à cota dos acessos um percurso que acompanha uma topografia irregular. Numa extensão de 126 metros, a Galeria zero, uma rua em potência conecta o espaço público com o intersticial térreo.

A premissa que impulsiona o desenho desta primeira galeria assume um papel de chegada ao edifício e de acesso à unidade, sem que encerre ou funcione como fim de um determinado percurso, esta via estende-se verticalmente desenhando dessa forma uma continuidade entre as galerias dos vários pisos mantendo doze níveis organizados a partir de seis galerias. Com variações nos vários pisos, a premissa que ergue esta continuidade da rua é proporcionar aos utilizadores da *Unité* que as suas habitações façam frente com algo realmente próximo como uma rua. A lógica organizacional de apartamentos mais comum (como que cada apartamento funcione com elemento flutuante no espaço) deve ser posta de parte. Estas ruas desenhadas em altura circulam entre habitações e serviços, mantendo sempre um distanciamento entre planos de cinco metros, sendo este espaço intersticial um fator de inclusão e aproximação ao privado, mas ainda segundo a ideia de comunidade. Estas áreas não devem assumir o papel exclusivo de circulação, mas funciona como uma extensão das próprias habitações criando mais uma vez, potenciais acontecimentos entre vizinhança.

Estas galerias verticais acontecem pontualmente devido a um ciclo de premissas que foram seguidas. Pretendidas como elementos de marcação, as galerias, assumindo estas dimensões, só fariam sentido se acontecessem apenas em determinados níveis. Assim, é fulcral entender de que forma são agregadas as células habitacionais para que estas “ruas verticais” não aconteçam em todos os pisos. A premissa parte de não alongar as distâncias entre cada habitação e, assim, a partir de células esguias é garantida a proximidade entre elas. Células que se organizam verticalmente de um a três pisos permitem aumentar o número de habitações por piso, aumentando desta mesma forma o número de moradores por piso e, desta forma, intensificando as relações de vizinhança.

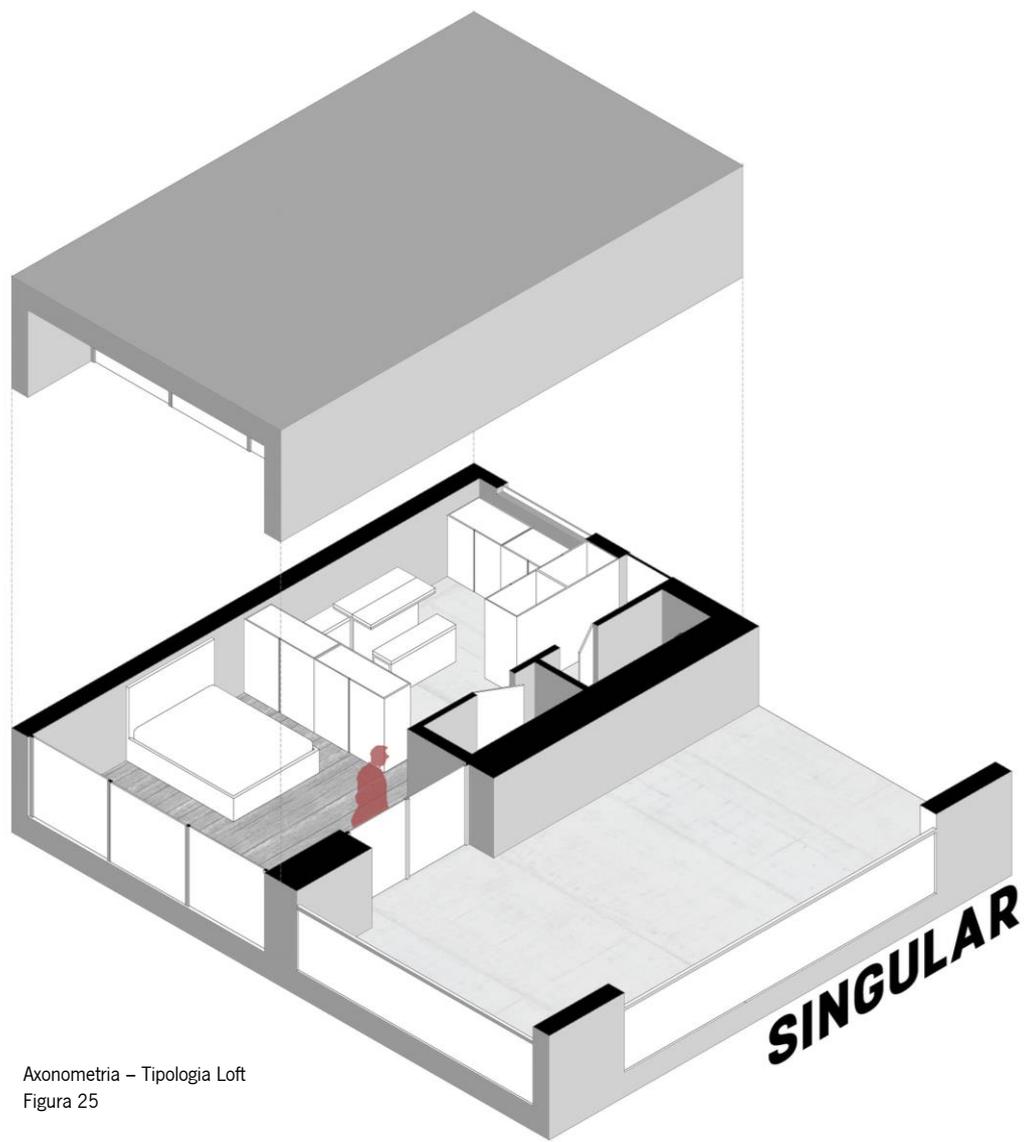
na lógica de cantina comunitária. A Galeria Cinco funciona como coroamento do bloco e acolhe dois serviços destinados tanto aos moradores como a não-moradores. Os serviços funcionam nas extremidades Norte e Sul do volume, biblioteca e ginásio respetivamente.

Os serviços, na sua maioria, assemelham-se materialmente às unidades habitacionais excetuando o restaurante, a biblioteca e o ginásio. Estes três elementos distinguem-se tanto material como formalmente da volumetria, destacando-se no conjunto nos próprios alçados. Desta forma, os não-moradores facilmente denotam uma diferenciação e, associam o acesso extraordinário a estes volumes partindo da morfologia em metal que os compõem. Nesta lógica existem ainda dois percursos verticais, um pelas unidades habitacionais e outro que conecta diretamente com a cobertura.

Na lógica de intensificar as relações humanas nos volumes, a proximidade entre a célula habitacional e a galeria deve assumir-se e intensificar-se. Deste modo, assume-se o espaço de proximidade com a habitação como um espaço intersticial que fomente as relações de vizinhança.

A entrada para as células faz-se sempre à face da galeria, contudo, são desenhados nichos que vão organizando espaços distintos afetos ao apartamento ou ao conjunto de (até) quatro células habitacionais. Estes elementos nascem como pátios exteriores que pertencem às habitações e que criam uma maior proximidade entre o privado e o intersticial. Estes espaços estão colocados no limite no alçado principal das habitações a par de grandes vãos envidraçados que os conectam com espaços comuns das habitações. Assim, permite-se aos habitantes que organizem a galeria em função dos seus vários quotidianos, moldando-os consoante as suas necessidades e levando as suas individualidades ao espaço intersticial

Estes espaços compreendem-se, também, segundo uma lógica de hierarquização do espaço privado. Partindo da divisão entre espaço privativo (área de dormir) e espaço coletivo (cozinha e sala de estar), este surge como uma interrupção. Desta forma, a área que desenha o espaço coletivo interior da habitação torna-se segmentada. Desenhados como prolongamento da área coletiva da habitação, os vários nichos estendem-se na galeria e relacionam-se entre si. Estes nichos são propostos como áreas exteriores das habitações em contacto direto com a galeria.



Axonometria – Tipologia Loft
Figura 25

INDIVIDUAL

Coabitação Comunal

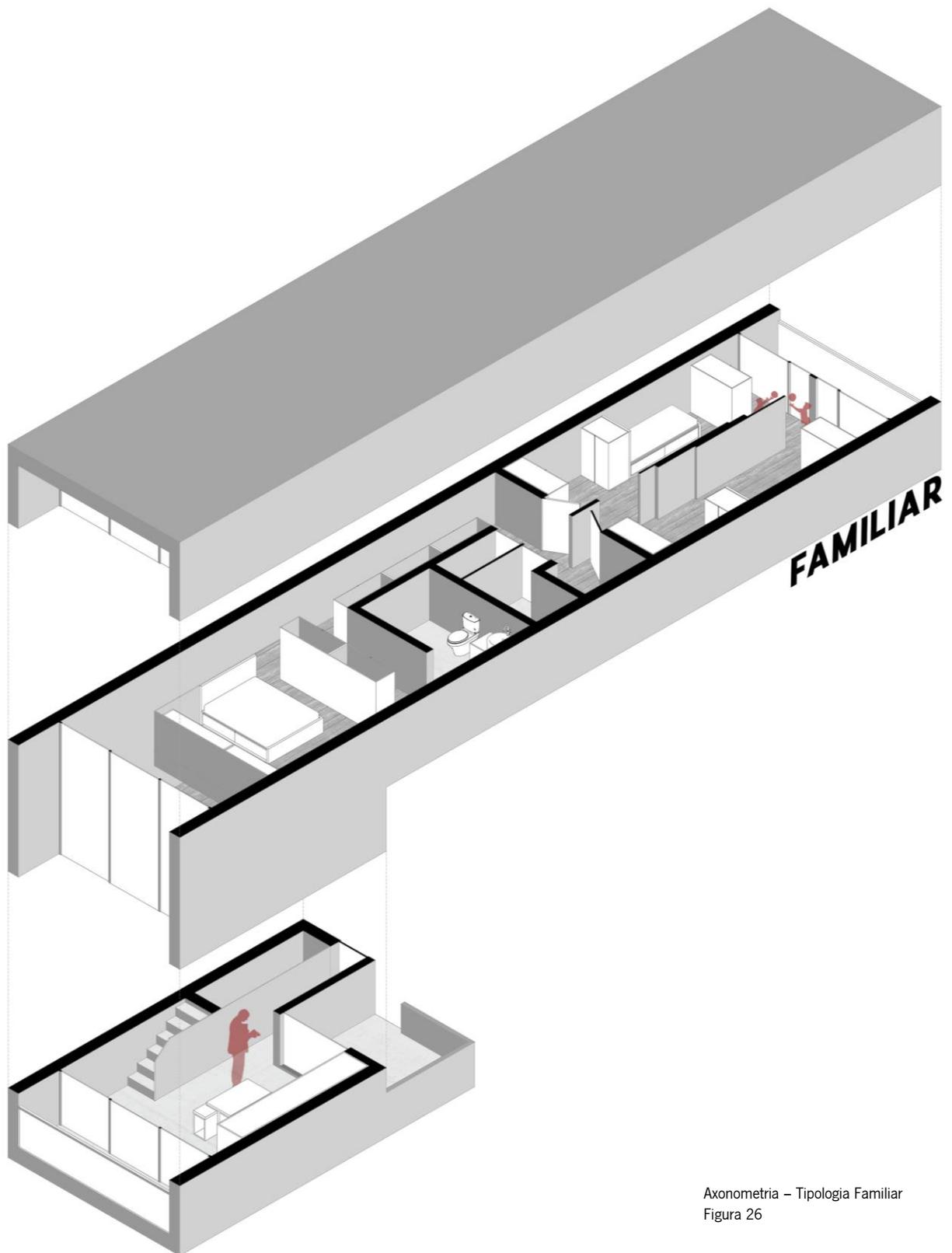
À escala da célula habitacional, há variações que interessa considerar. Partindo da mesma base de agregação, as células seguem premissas distintas consoante a necessidade dos seus habitantes. As tipologias enquadram-se entre um módulo base para um habitante até um módulo conjunto que acolhe até oito habitantes.

A tipologia singular, de menor dimensão, parte de duas premissas base. A ideia de tipologia aberta, como área de dormir e de descanso associada a área de trabalho e ambas organizadas em “open space”. A outra premissa parte da lógica “metade de uma boa casa”²⁷. Desta forma, assegura-se o desenho de metade da habitação deixando em tosco o restante que, assim, pode adquirir formas consoante as pretendidas pelo utilizador.

A tipologia familiar organiza-se em dois níveis estratificando os espaços e usos entre o coletivo e o privativo. O nível de acesso divide-se em nicho exterior e área comum interior onde se organiza a cozinha e uma pequena zona de estar apoiada por uma instalação sanitária de serviço. No nível adjacente (abaixo ou acima da cota de acesso, consoante o modelo de agregação) organiza-se uma área de descanso principal com casa de banho completa privativa (quarto de casal) e uma zona mista montável que parte de um desenho base com 2 quartos (para crianças ou convidados) com paredes móveis que transformam o espaço consoante o pretendido. Em apoio a esta área organiza-se uma pequena área de águas (tipo balneário) partindo da lógica de divisão do vaso sanitário e da área de duche.

A tipologia comunal é a célula de maior dimensão e alberga até oito moradores organizados em três níveis. O esquema programático segue os mesmos princípios das tipologias descritas anteriormente. As diferenças nesta célula, todavia, são as áreas privativas e a área comum montável. Os quartos que compõem esta unidade funcionam para além da tipologia, conseguindo servir-se autonomamente. Partem da premissa de união de áreas mistas (como cozinha e sala de estar) por determinada coletividade sem que percam a autonomia, enquanto o

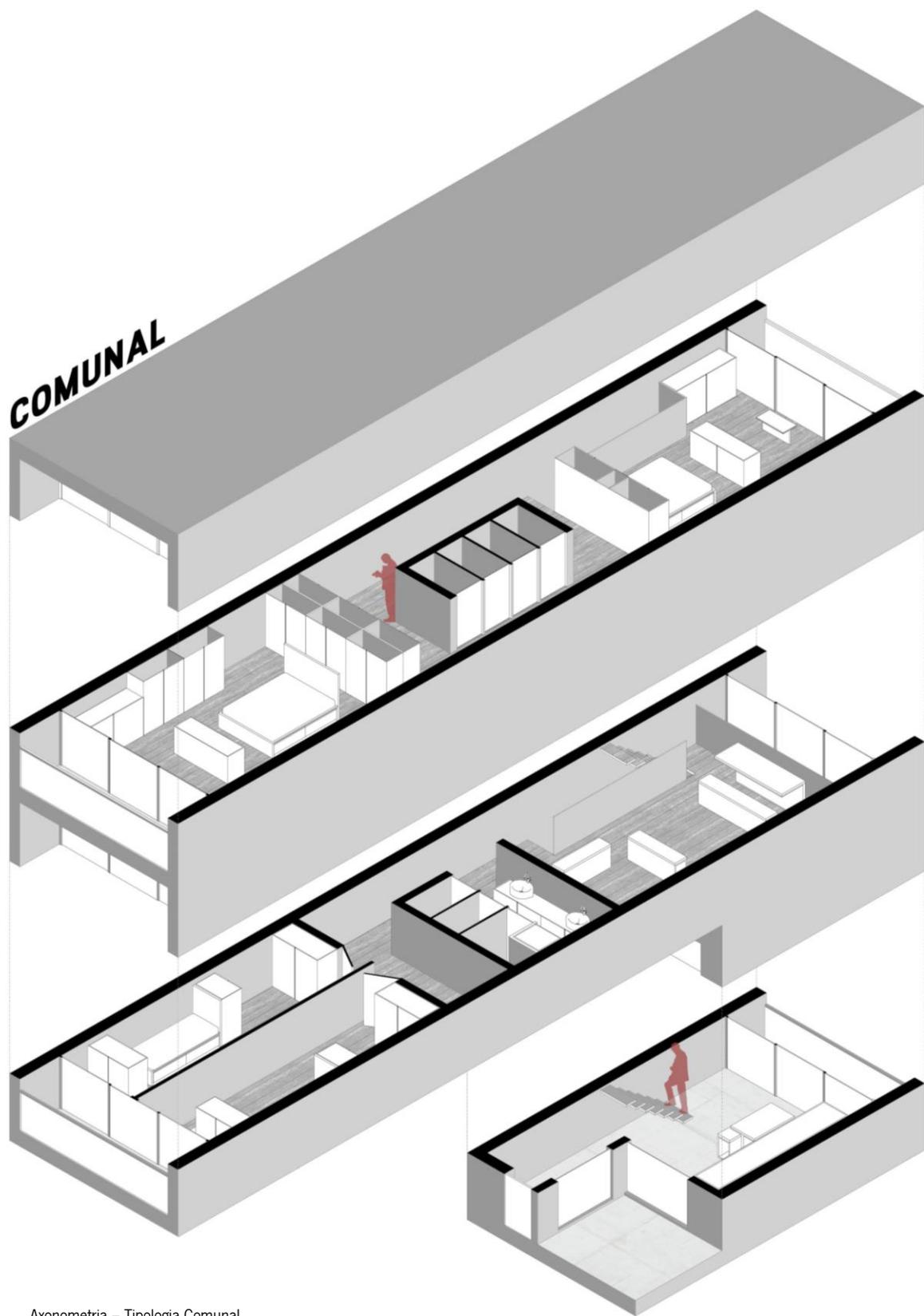
²⁷ Trata-se de um princípio (e método) de projetar habitações proposto por Alejandro Aravena no qual basta desenhar/construir metade de uma habitação deixando em aberto o restante.



Axonometria – Tipologia Familiar
Figura 26

quarto privativo funciona como um “loft” adicionado na lógica maior de habitação. No extremo poder-se-á afirmar que nesta tipologia habitacional se articulam várias células habitacionais. O outro elemento que distingue esta tipologia é a sala de estar montável. Trata-se de um espaço desenhado segundo um módulo base que funciona como denominador e organizador de espaço. Desta forma, pretende-se que este espaço seja diferente de célula para célula seguindo as necessidades de cada conjunto de utilizadores.

As áreas comuns seguem a premissa de funcionarem como extensões do espaço intersticial, e permitem projetar-se no exterior. Pretende-se que espaços como a “sala de estar” tenham a possibilidade de, pontualmente, se estenderem no “nicho”. Trata-se de um espaço montável, assim como a área mista (o quarto que se subdivide em dois) e a área comum (sala de estar com um esquema de montagem ortogonal). A zona mista encontra-se na tipologia familiar e destina-se ao uso por parte de crianças e adolescentes. A ideia passa por agrupar dois espaços distintos, dois quartos singulares num quarto comum e vice-versa. Pretende-se que sejam espaços que, a qualquer altura, possam mudar de função e uso. A área comum montável segue o mesmo princípio mas associada a um único espaço. O que acontece nesta área é existir um módulo base de mobiliário que se instala na matriz ortogonal do espaço como pretendido. Na lógica das áreas comuns, organiza-se as instalações sanitárias que funcionam no âmbito geral de tipo balneário. Pretende-se que cada um dos espaços que compõe a instalação sanitária esteja subdividido em diferentes câmaras. A tipologia base é um módulo de chuveiro (câmara um), um módulo para o vaso sanitário (câmara dois) e um lavatório (exterior).



Axonometria – Tipologia Comunal
Figura 27



CONCLUSÃO

A realização desta prova final teve como objetivo a conceção de um projeto de arquitetura apoiado de um relatório que o precedesse. Trata-se de um trabalho conclusivo, mas com possibilidade de continuidade sendo, portanto, um trabalho que pode tomar novos caminhos e conclusões futuras. Trata-se de um artigo científico com bases igualmente científicas salvaguardando casos pontuais de opinião.

O trabalho tem como base o lado antropológico das relações entre os habitantes da grande cidade com o espaço da mesma e, entre si. Como tal identificaram-se dois sujeitos de ação distintos ambos habitantes da cidade moderna de forma a comparar o comportamento de ambos e, a que espaços chegávamos a partir de cada um deles. São abordados o “urbanita” e o “humano” ambos símbolos de realidades distintas. Por um lado, a projeção humana do individualismo capital e, por outro, a projeção humana da sociedade comunal. A aproximação faz-se a partir do “urbanita” associando-o à ideia base descrita por George Simmel de personalidade moderna da grande cidade. O homem alienado do pós-revolução industrial, símbolo do individualismo, alheio à experiência social é utilizado em comparação com o “urbano”, o homem que ainda se expressa em sociedade, vivendo em comunidade.

A realidade espacial inerente ao “urbanita” é analisada à escala da cidade de modo a entender até que ponto a escala urbana projeta o homem numa rotina individual a ponto de estar ausente da sociedade na qual está inserido, estando ausente do espaço a que é confinado. Por outro lado, a realidade espacial inerente ao “urbano” aproxima-se à escala desde o coabitar a rua até ao habitar a “célula habitacional”. Na abordagem das duas diferentes realidades ultrapassamos uma aproximação de escalas.

Esta análise intensiva na procura da contextualização de ambas a realidades organizou um conjunto de premissas que viriam a estabilizar o projeto de arquitetura. Para tal, a análise passou de uma escala histórica do território Europeu para o contexto Português, no caso da cidade de Guimarães. A zona da Caldeiroa e a sua análise no contexto urbano da cidade funcionam como passagem da temática social à espacial. Após uma contextualização da cidade a partir do pós-revolução industrial, que delimita o segundo capítulo, estabilizam-se relações que funcionam como charneira, organizando em espelho os primeiro e terceiro capítulos.

A aproximação ao projeto de arquitetura equipara-se à aproximação estabelecida da ideia de “urbanita” à ideia de “urbano” enquanto escala. No primeiro capítulo, as escalas variam entre a cidade e a célula de habitação, e no terceiro capítulo, as escalas variam entre o quarteirão e o espaço que compõe a célula habitacional. Assim, o projeto de arquitetura, como intervenção na cidade de Guimarães, é o tema que se desenrola no terceiro capítulo, organizando-se numa sequência de pronomes que estão associados a uma aproximação às várias escalas do projeto. À escala abrangente da cidade, do social, é desenvolvida a temática da plataforma livre e da ideia de volumes fragmentados. À escala da envolvente, a proposta centra-se na temática associada ao intersticial, e trabalha temáticas como a horta partilhada, a galeria vertical, os serviços cooperativos e a ideia de vizinhança associativista. À escala da célula, do privado, trata da proposta no âmbito individual, o coabitar como paradigma na ideia de privacidade. À medida que nos aproximamos à escala da célula, estabelecem-se as premissas que organizaram o bloco.

Partindo da ideia de habitar a cidade em comunidade, os princípios adotados tiveram sempre por base ideias como coabitação, coletivização e associativismo. O projeto agarrou-se a esses princípios inerentes ao “urbano” formulando as lógicas que deram origem ao desenho final dos vários espaços da proposta.

Tendo por modelo, as experiências de habitação coletiva do pós-guerra, a intervenção desenhou-se na topografia com a premissa de superfície livre estabelecendo a continuidade no terreno como tema de projeto. Trata-se de uma implantação de pouco impacto na topografia natural que deve funcionar como prolongamento da envolvente, estendendo o espaço público. O Bloco subdivide-se em três unidades mistas, conjugando habitação com serviços cooperativos, organizando ambos na lógica de galeria vertical. O princípio destas galerias passa por transportar a imagem e a atividade da rua para o interior do bloco de habitação. A procura pela conexão entre estes “urbanos” vive do exterior ao interior do bloco. Nas imediações encontramos as hortas partilhadas que devem fomentar o entrosamento de várias personalidades no coabitar do espaço exterior. Nos prolongamentos das ruas verticais, os nichos que confinam os volumes das células habitacionais funcionam como frentes de rua que se abre para a galeria, de novo, para que exista realmente um espírito de comunidade. Em ambos os casos, pretende-se para além da proximidade entre moradores, que estes ofereçam ao espaço qualidades inerentes à sua personalidade, atribuindo dessa forma particularidades diferenciadoras no espaço.

As tipologias habitacionais subdividem-se em três categorias, abordando três dimensões distintas. A tipologia Singular, baseada na organização tipo estúdio, desenha-se para uma a duas pessoas e, aparece associada à ideia de “metade de uma boa casa” com a premissa de se tornar extensível no futuro. A tipologia Familiar, subdivide-se em duas áreas, comum e privativa. A área comum desenha-se com base nos nichos que conectam com a galeria de forma a estes espaços poderem acoplar-se integrando um pouco do espaço intersticial com o espaço comum da célula habitacional. A área privativa da célula subdivide-se em duas áreas, ambas apoiadas de instalações sanitárias. Um quarto de casal e um quarto montável que se pretende que funcione como um espaço que possa ser reestruturado com facilidade podendo abrir-se em duas áreas distintas. Os sanitários que servem este espaço ambíguo funcionam tipo balneário estando as várias funções de uma instalação sanitária distribuídas em diferentes câmaras. As tipologias Comuns baseiam-se em agrupar vários “urbanos” na mesma habitação mantendo a sua privacidade. Desta forma, estão criadas pequenas células dentro da célula geral (tipologia comunal) que funcionam autonomamente. Nesta tipologia, os espaços comuns distinguem-se dos restantes. A sala de estar montável é o elemento mais forte destas células, tratando-se de uma área baseada num módulo de mobiliário padrão que assenta numa grelha ortogonal confinada ao espaço.

Este bloco segue, então, premissas que orientaram projetos de arquitetura como a *Unité d’Habitation*, em Firminy (mas também em Marselha, Briey ou Berlim), os *Alton Estate* e os *Robin Hood Gardens*, em Londres. Nestes edifícios icónicos do movimento moderno e da habitação coletiva, apesar de se afastarem da realidade contemporânea, permanecem ideias de coletivização que se tornam intemporais.

A proposta social por detrás do desenho do espaço foi o elemento preponderante nas opções tomadas no decorrer do projeto. O espaço projeta-se diretamente no quotidiano das pessoas, dessa forma, os espaços foram desenhados tendo em vista as características inerentes ao “urbano”. Trata-se de uma forma de habitar assumida como melhor para futuro podendo ser contornada levando ao declínio dos princípios de projeto. Assim como a obra dos Smithsons falhou, uma *Unité Vimaranesa* também pode falhar. Contudo, se a viragem se apoiar na arquitetura verdadeiramente urbana (i.e. comunitária) e no uso do espaço em modo humanista, caberá à sociedade a tomada de decisão.

Este trabalho de projeto advém de um foco ao longo do curso de arquitetura em temáticas abordadas nas unidades curriculares de “Teoria e História da Arquitetura I”, “MAAC”, “Teoria III”, “Visões Arquitetônicas do Futuro na Ficção”, “Crítica da Arquitetura Contemporânea” e, a mais relevante no conjunto, “Projeto IV” com o tema “*Delirious Guimarães*”. Parte da premissa de desenvolver um projeto que detivesse os princípios de habitar em comunidade, bastante presentes nas unidades curriculares referidas.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA**, Manuela – Robert Owen: Uma nova Conceção de Sociedade. Porto: Textos Filosóficos, 1995
- FREITAG**, Michel – Arquitetura e Sociedade. Lisboa: Dom Quixote, 2007
- HARVEY**, David – Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution. London: Verso Books, 2013
- HILBERSEIMER**, Ludwig – Metropolisarchitecture. Manhattan: Columbia books on Architecture and the City, 2012
- JACOBS**, Jane – Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- JAPPE**, Anselm – Guy Debord. Lisboa: Antígona, 2008
- LACOBELLI**, Andres; **ARAVENA**, Alejandro – Alejandro Aravena: Elemental. Berlin: Hatje Cantz, 2012
- LE CORBUSIER** – The city of To-morrow and its planning. New York: Dover Publications, 1987
- LE CORBUSIER** – Urbanismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009
- MARIE**, François – El Falansterio: Textos seleccionados de Charles Fourier. Buenos Aires: Ediciones Godot Argentin, 2009
- MARX**, Karl – O Capital. Lisboa: Edições 70, 2017
- MIES**, Van der Rohe – Mies and Modern Living. Berlin: Hatje Cantz, 2008
- MONNIER**, Gérard – Le Corbusier: Las Unites d’Habitation en France. Paris: Belin, 2002
- MUMFORD**, Lewis – História das Utopias. Lisboa: Antígona, 2007
- PEREIRA**, Virgílio Borges – Ao Cair do Pano. Porto: Edições Afrontamento, 2012
- PORTAS**, Nuno – A cidade como arquitetura. Lisboa: Livros Horizonte, 2011
- SIMEON**, Ophelie – Robert Owen’s Social Experiment at New Lanark. Cham: Springer International Publishing AG, 2017
- SIMMEL**, George – A metrópole e a vida mental. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987
- SMITHSON**, Alison; **SMITHSON**, Peter – Charged Void. New York: Monacelli Press, 2004

CRÉDITO DE IMAGENS

FIGURA 01 _ Fotomontagem, A unidade de Firminy em Guimarães

FIGURA 02 _ Imagem retirada do livro “Chicago – Nueva York”, Antonio Pizza, 2012

FIGURA 03 _ Imagem capturada do filme “The Power of Love”, Harry K. Fairall, 1922

FIGURA 04 _ Imagem retirada do álbum “Hail of the Thief”, Radiohead, 2003, Pintura de Stanley Donwood

FIGURA 05 _ Imagem capturada do filme “Berlin: Symphony of a Metropolis”, Walter Ruttmann, 1927

FIGURA 06 _ Fotografia por Bruno Braquehais, 1871

FIGURA 07 _ Fotografia por Viktor Bulla, 1928

FIGURA 08 _ Fotografia da Fábrica do Arquinho, Rua da Caldeiroa, Guimarães, 1910-1928, “O Trabalho” Na Coleção de Fotografia da Muralha, Temporárias#1, 2014

FIGURA 09 _ Imagem capturada do filme “Fahrenheit 451”, François Truffaut, 1966

FIGURA 10 _ Fotografia por Jean-Pierre Dalbéra, 2011

FIGURA 11 _ Fotografia por João Nuno Cardoso, 2014

FIGURA 12 _ Fotografia por José Pedro Fernandes, 2017

FIGURA 13 _ Fotografia por João Rosmaninho, 2017

FIGURA 14 _ Fotografia por João Nuno Cardoso, 2014

FIGURA 15 _ Axonometria da Proposta, Plataforma Livre

FIGURA 16 _ Fotomontagem da Proposta, Plataforma Livre

FIGURA 17 _ Axonometria da Proposta, Volumes Fragmentados

FIGURA 18 _ Fotomontagem da Proposta, Volumes Fragmentados

FIGURA 19 _ Axonometria da Proposta, Horta Partilhada

FIGURA 20 _ Fotomontagem da Proposta, Horta Partilhada

FIGURA 21 _ Axonometria da Proposta, Serviços Cooperativos

FIGURA 22 _ Fotomontagem da Proposta, Serviços Cooperativos

FIGURA 23 _ Axonometria da Proposta, Galeria Vertical

FIGURA 24 _ Fotomontagem da Proposta, Galeria Vertical

FIGURA 25 _ Axonometria da Proposta, Tipologia Singular

FIGURA 26 _ Axonometria da Proposta, Tipologia Familiar

FIGURA 27 _ Axonometria da Proposta, Tipologia Comunal

FIGURA 28 _ Fotomontagem – Unité Vimaranense